

Senadores destacam papel da Maçonaria na história

Em 20 de agosto de 1822, o maçom Gonçalves Ledo pronunciou um discurso de conclamação à independência do Brasil, que aconteceria 18 dias depois. O fato foi lembrado sexta-feira por cinco senadores, que prestaram homenagem aos maçons por seu dia.

Página 7



PREJUÍZO De julho a novembro, bombeiros lutam para combater as queimadas, que chegam a 300 mil por ano

Joel Silva/Folha Imagem

Cidadania mostra o alto custo das queimadas

As queimadas tornam o solo mais pobre e interferem na qualidade do ar. Mesmo assim, muitos agricultores ainda queimam a vegetação antes de preparar o solo para o plantio. O tema é tratado no *Especial Cidadania*.

Página 8

Governistas tentam acordo para semana do esforço concentrado

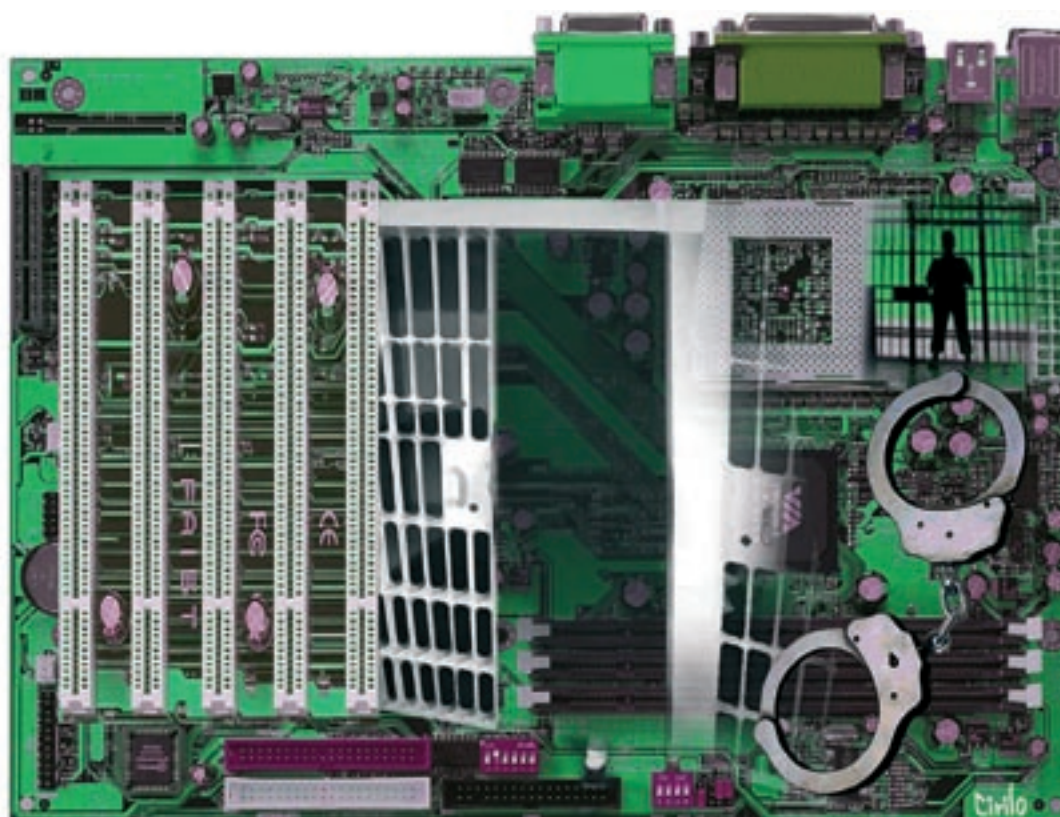
Mercadante deve reunir-se com senadores antes da sessão de amanhã à tarde, em cuja pauta estão incluídas 18 propostas. Duas delas têm prioridade sobre as demais: a medida provisória que abre crédito para ajudar as vítimas de enchentes no início do ano no Sul e o projeto que muda a Lei de Informática

Página 3

Educação discute o que é crime de informática

A privacidade dos usuários de programas de computadores e o enquadramento legal dos crimes de informática estão na pauta da Comissão de Educação, que deve se reunir amanhã, a partir de 11h. Além disso, os senadores analisam a obrigatoriedade de a empresa custear creche e pré-escola para filhos e dependentes de seus empregados.

Página 4



Letra maior pode ser obrigatória em bula de remédio

Bulas de remédio em letras minúsculas, que prejudicam a compreensão e induzem a erro de dosagem, podem estar com os dias contados. A Comissão de Assuntos Sociais do Senado analisa, na quarta-feira, projeto do senador Romeu Tuma que obriga o fabricante a imprimir a bula em letras e caracteres com tamanho não inferior ao padrão fonte 12 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Página 4



ATRASSO Virgílio: verba destinada ao pagamento de servidores foi cortada pela Secretaria de Saúde

Paralisação de Santa Casa preocupa Arthur Virgílio

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) manifestou preocupação com a paralisação das atividades da Santa Casa de Misericórdia de Manaus. Ele informou que no último fim de semana o hospital funcionou com apenas 10% do seu efetivo.

O senador disse que a paralisação ocorre porque os salários dos servidores da Santa Casa estão atrasados há três meses. A Secretaria de Saúde argumenta que os repasses só podem ser feitos com a comprovação de sua exata aplicação em serviços de assistência, o que não estaria ocorrendo.

– Ao invés de exigir o cumprimento dessa obrigatoriedade, a Secretaria de Saúde estadual cortou os repasses de recursos – afirmou.

Arthur Virgílio lembrou que, de acordo com depoimentos dos servidores, a verba de R\$ 199 milhões repassada pelo Ministério da Saúde e destinada ao pagamento de pessoal está sendo aplicada na implantação de uma nova unidade de terapia intensiva do hospital.

Agenda

Plenário lembra 50 anos da morte de Getúlio

O Plenário promove hoje, a partir das 14h30, sessão não deliberativa, ou seja, sem a votação de projetos. Na sessão de amanhã, no mesmo horário, os senadores vão lembrar os 50 anos do suicídio do ex-presidente Getúlio Vargas. Também devem votar medida provisória (MP 189/04) que libera R\$ 32 milhões do orçamento para ajudar vítimas das enchentes do início do ano no Sul.

Garantia ao portador de hepatite

Em discussão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne amanhã, às 10h, está o projeto (PLS 71/00) que estende aos portadores da forma crônica de hepatite C ou da hepatite B os direitos e garantias existentes para os portadores do HIV e doentes de Aids, como a isenção de Imposto de Renda e a aquisição de medicamentos gratuitamente.



Célio Azevedo

Crimes na área de informática em discussão

A Comissão de Educação (CE) analisa amanhã, a partir das 11h, projeto que torna crime o acesso de terceiros, não autorizados pelos interessados e sem autorização judicial, a informações privadas mantidas em redes de computadores (PLC 89/03); analisa também proposta que garante assistência gratuita em creches e pré-escolas aos filhos e dependentes dos trabalhadores urbanos e rurais até os seis anos de idade (PLS 298/03).

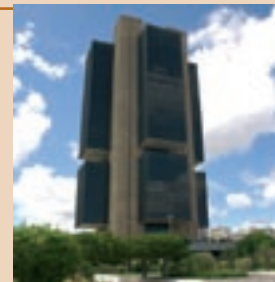


Comissão debate indicações

A indicação de Oscar de Moraes Cordeiro Netto para o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas (ANA) e de José Airton Félix Cirilo da Silva para a diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) consta na pauta da Comissão de Infra-Estrutura (CI), que se reúne amanhã, às 11h.

Novo status do presidente do BC

Amanhã, às 14h30, deve ser instalada comissão mista para examinar a medida provisória que dá ao presidente do Banco Central (BC) o status de ministro de Estado, garantindo foro privilegiado no Supremo Tribunal Federal (STF) em caso de processo judicial (MP 207/04). Às 15h, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) vota avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em órgãos públicos.



Carteira de Trabalho

Na quarta-feira, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota proposta que acrescenta às informações da Carteira de Trabalho o endereço do empregador, o nome completo da empresa, além do número do registro no CGC, se pessoa jurídica, ou dados da Carteira de Identidade e do CPF, se pessoa física.

Rádio Senado

O programa *Conexão Senado*, que a Rádio Senado exibe hoje, às 12h, discute a possível revisão da Lei dos Crimes Hediondos. Participam do programa o senador Demostenes Torres (PFL-GO), o deputado Maurício Rands (PT-PE) e o conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil Alberto Toron.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



Roosevelt Finheiro

ORGANIZAÇÃO Tourinho sugere que lista deve obedecer a data de inscrição do receptor de órgãos

Internet pode publicar nomes de fila para transplantes

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) apresentou projeto de lei (PLS 95/04) com o objetivo de dar maior transparência à lista única de espera por transplante. Conforme a proposta, a relação deve ser publicada na Internet pelo Ministério da Saúde e atualizada, no máximo, 24 horas depois de feita qualquer doação de órgãos que altere a fila para transplantes. A matéria será votada em breve, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Tourinho também sugere que a lista deve ser publicada por ordem de data de inscrição do receptor de órgãos. Uma vez que o rol dos inscritos esteja na rede mundial de computadores, propõe o parlamentar, os integrantes, parentes, serviços de saúde e equipes médico-cirúrgicas credenciadas terão acesso aos dados.

Essa mudança, argumenta Tourinho, também é necessária porque a Lei de Transplantes (Lei 9.434/97) não trata da ordem de precedência na lista nacional de receptores, exigindo apenas a inscrição prévia do receptor. Já a regulamentação da lei, continua o senador, dispõe que será observada a ordem de inscrição.

– A falta de transparência do processo de administração dessa lista, em especial quanto à aplicação dos critérios de exceção, tem sido objeto de denúncia à imprensa e a esta Casa – reclamou o senador.

O parlamentar registrou que, em 2003, na audiência pública realizada pela Subcomissão Temporária da Saúde sobre o atendimento a pacientes renais crônicos, foi denunciado que existe uma “caixa preta” nas operações que levam a transplantes renais.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Senadores realizam novo esforço para votar matérias prioritárias

■ Mercadante vai se reunir com líderes partidários em busca de acordo sobre informática

O Senado realizará esta semana um esforço concentrado de votações, conforme acordo de líderes partidários.

Na pauta da sessão de amanhã figuram 18 matérias, sendo que duas delas têm total prioridade sobre as demais. Trata-se de uma medida provisória (MP 189/04) que abre crédito de R\$ 32 milhões para ajudar vítimas das enchentes do início do ano no Sul, e do projeto que promove mudanças na Lei de Informática, para prorrogar até 2019 redução de IPI para empresas da área.

O projeto, que recebeu urgência constitucional pedida pelo presidente da República, já foi motivo de discussões entre líderes do governo e senadores, especialmente os representantes do Amazonas, onde se encontra a maioria das empresas produtoras de bens



DECISÃO Para deliberar sobre outras matérias, Plenário precisa analisar uma MP e um projeto que trancam a pauta

de informática do país.

Até o momento não há acordo sobre essa proposta porque o governo discorda de uma isenção fiscal, aprovada pela Câmara, para empresas que não investiram em pesquisa tecnológica. Da mesma forma, não há acerto sobre uma reivindicação das empresas instaladas na Zona Franca de Manaus para produzir com exclusividade monitores de

computadores. Elas ponderam que, aos poucos, os monitores também estão sendo usados como tela de televisão, bastando para isso a colocação de pequenos componentes.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), deve se reunir com os senadores antes da sessão de amanhã à tarde para tentar o fechamento de um acordo, o que permitiria a votação do projeto.

Destaques da reforma do Judiciário

Estão na pauta da sessão de amanhã os 165 destaques para votação em separado das duas propostas de emenda à Constituição (PECs) referentes à reforma do Judiciário aprovadas em primeiro turno no fim do semestre passado. A votação estava programada para o início de agosto, mas a falta de acordo para deliberar sobre a Lei de Informática (PLC 32/04) adiou também a deliberação dos destaques.

Na ocasião, houve um acordo de lideranças para a votação dos destaques. O relator da matéria, senador José Jorge (PFL-PE), disse então à Agência Senado que esse acerto incluía

a aprovação dos destaques para os quais ele dera parecer favorável, que não alterariam significativamente o que fora aprovado na comissão. Procurado novamente na última quarta-feira, no entanto, o senador afirmou, por intermédio de sua assessoria, que nada mais estava definido sobre o tema.

No início do mês, José Jorge afirmou que os destaques a serem aprovados configurariam apenas "alguns ajustes" no texto. Já os destaques para os quais dera parecer contrário seriam rejeitados em bloco. Entre eles, citou os que tratam da súmula vinculante, do Con-

selho Nacional de Justiça e da Defensoria Pública.

A primeira das duas PECs aprovadas parcialmente no fim do primeiro semestre traz os pontos não alterados pelo Senado em relação ao que foi aprovado pela Câmara. A segunda reúne os itens que foram modificados. Após a análise dos destaques, ambas terão de ser submetidas ainda a segundo turno de votação. A primeira, se aprovada, irá à promulgação, pelas Mesas do Senado e da Câmara. Já a segunda retornará à Câmara, para que os deputados procedam ao reexame da matéria, avaliando as alterações introduzidas pelo Senado.



MUDANÇAS Emendas visam alterar texto apresentado por José Jorge na Comissão de Justiça

O parecer propôs ainda duas PECs, que tratam do pagamento de precatórios e da criação de juizados de instrução criminal. Elas terão de ser votadas em dois turnos pelos senadores, e, se aprovadas, seguirão para apreciação dos deputados.

Cargo de ministro no BC em discussão

A comissão mista especial destinada a examinar a medida provisória (MP 207/04) que confere *status* de ministro e foro privilegiado ao cargo de presidente do Banco Central deve começar a funcionar amanhã, às 14h30. Houve uma tentativa de instalar a comissão na última quarta-feira, mas compareceram apenas cinco parlamentares, todos de oposição, e a reunião foi adiada por falta de quórum. Cada comissão mista tem 14 membros – sete deputados e sete senadores.

Ainda não há data marcada, porém, para a instalação das comissões mistas que vão examinar outras duas medidas provisórias – 205 e 206 – porque, neste caso, a falta de quórum impediu até mesmo a abertura da sessão para constituir os colegiados. A MP 206 refere-se ao pacote tributário que reduz o Imposto de Renda sobre ações e aplicações em renda fixa com prazo superior a dois anos, além de reduzir impostos para a compra de máquinas e equipamentos para modernização dos portos nacionais nos próximos cinco anos.

A MP 205 autoriza o Tesouro Nacional a subvencionar a equalização das taxas de juros nos empréstimos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste. O governo gastará R\$ 1 bilhão para subvencionar os juros, exceto para compra de máquinas e equipamentos, que têm legislação e recursos próprios, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A realização de novo esforço concentrado esta semana, para votação de projetos prioritários, deve possibilitar a instalação das comissões.



PRERROGATIVA Status de ministro a Henrique Meirelles será examinado por comissão que se instala amanhã

Jornal do Senado lança dia 30 edição semanal

A edição semanal do **Jornal do Senado** começa a circular no dia 30 deste mês, com o objetivo de atender, em especial, os assinantes que residem fora do Distrito Federal, os quais deixarão de receber a edição diária.

Com essa iniciativa, os exemplares deverão chegar mais rapida-

mente aos estados, reduzindo os custos de postagem e permitindo que pedidos de assinaturas possam ser atendidos.

Desde o ano passado, quando as novas assinaturas do **Jornal do Senado** tiveram que ser suspensas devido a problemas orçamentários, o número de pedidos pendentes

aumentou muito.

O semanário, que circulará sempre às segundas-feiras, trará todos os assuntos debatidos e as decisões tomadas ao longo da semana anterior no Senado e no Congresso, a exemplo do que já acontece na edição diária, porém de forma consolidada, com os assuntos tratados

de maneira mais abrangente. A publicação trará a agenda das atividades da semana, além de matérias sobre os direitos do cidadão, entre outras reportagens especiais.

Os leitores do **Jornal do Senado** ganharão espaço para expressar críticas e enviar sugestões sobre o material jornalístico publicado.



VISIBILIDADE Tuma sugere fonte 12 como padrão da escrita, o que deverá melhorar a leitura

CAS analisa projeto que aumenta letras de bulas

Em sua reunião da próxima quarta-feira, marcada para as 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá analisar parecer do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), favorável ao projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que introduz na Lei de Vigilância Sanitária a obrigatoriedade de as bulas de medicamentos serem impressas em letras e caracteres com tamanho não inferior ao padrão fonte 12, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

“Um grande número de bulas é impresso em um tipo tão pequeno de letra que dificulta a sua leitura, até para quem não tem problemas de visão”, argumenta Romeu Tuma.

Também integra a pauta da CAS substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ao projeto do senador Papaléo Paes (PMDB-AP) que obriga o governo federal, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), a fornecer toda a medicação necessária para o tratamento de pessoas portadoras de hipertensão arterial. O relator manteve a intenção do autor da matéria, mas sugeriu alterações na Lei 9.313, de 1996, que define os beneficiários da assistência farmacêutica gratuita do SUS.



ELOGIOS Agaciel discursa na abertura do encontro promovido pela Biblioteca do Senado

Crime de informática está na pauta da Educação

■ Comissão examina amanhã mais seis propostas, inclusive pedido de audiência com ministro da Saúde

O enquadramento legal dos crimes de informática e a oferta de garantias de privacidade aos usuários de programas de computador estão em pauta na Comissão de Educação (CE). Na reunião de amanhã, marcada para as 11h, as duas questões devem ser examinadas ao lado de mais seis proposições, que incluem pedido de audiência pública com o ministro da Saúde, Humberto Costa, e a obrigatoriedade de as empresas custearem creches e pré-escolas para filhos e dependentes de seus empregados.

A regulação do acesso, da responsabilidade e dos crimes praticados via redes de computadores é tratada em projeto de lei da Câmara (PLC 89/03), que teve parecer favorável do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). A proposta inclui a seção “Dos crimes contra a inviolabilidade dos sistemas informatizados” no Código



PROTEÇÃO Tião Viana é autor de projeto que resguarda usuários de programas de computador

Penal, classifica a prática e fixa penas para delitos como manipulação indevida de informação eletrônica; difusão de vírus eletrônico; pornografia infantil; falsificação de cartão de crédito; falsificação de telefone celular; e falsificação de meio de acesso a sistema eletrônico.

Azeredo também avalizou o projeto de lei (PLS 87/04), de Tião Viana (PT-AC), que introduz alterações na Lei 9.609/98, relativa à proteção da propriedade intelectual de programas de computador e sua comercialização no país. Os

dispositivos pretendem proteger os usuários de programas que possam violar sua privacidade no meio virtual. A espionagem eletrônica seria ativada pela instalação de programas acessórios a principais, sem o conhecimento ou consentimento do usuário, capazes de informar seus criadores sobre hábitos de navegação na Internet e sites mais visitados.

O custeio de creches e pré-escolas para filhos e dependentes de trabalhadores urbanos e rurais pelos respectivos empregadores está previsto em projeto de lei (PLS 298/03) de Paulo Paim (PT-RS). A matéria tem parecer pela aprovação do relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

A comissão também deve se pronunciar sobre requerimento de Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que solicita audiência pública com a presença do ministro da Saúde, Humberto Costa. A idéia é instruir a votação do projeto (PLC 35/00) que prevê a obrigatoriedade de a embalagem e a propaganda de bebida alcoólica conterem advertências sobre a proibição de venda a menores e os males causados à saúde.

Infra-Estrutura discute indicações de diretores para agências reguladoras

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) analisa amanhã, em reunião marcada para as 11h, a indicação de Oscar de Moraes Cordeiro Netto para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas (ANA) na vaga de Dilma Seli Pena Pereira. O relator da matéria é o senador Paulo Octávio (PFL-DF).

Na mesma reunião, os se-

nadores examinam também a indicação de José Airton Félix Cirilo da Silva para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) na vaga de Luís Afonso dos Santos Senna. O senador José Maranhão (PMDB-PB) relata a matéria.

Consta também da pauta projeto de lei da Câmara (PLC 40/04) que altera a Lei 5.917,

de 10 de setembro de 1973, de modo a incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal a interligação das rodovias federais BR-101 e BR-104, onde os extremos são os municípios de São José da Lage (AL) e Novo Lino (AL). A proposta, do deputado João Caldas, recebeu parecer favorável do senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL).



CONCESSÃO Sérgio Cabral: prefeituras não precisarão usar FPM como forma de pagamento

Prefeitura pode ser autorizada a terceirizar sua cobrança

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve analisar na reunião de amanhã, às 10h, projeto de resolução de autoria do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que permite aos municípios brasileiros contratarem instituições financeiras privadas para cobrar dívidas ativas consolidadas sem a necessidade de dar créditos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), é favorável à matéria.

Quando o projeto foi analisado pela primeira vez na CAE, em dezembro de 2003, Sérgio Cabral argumentou que a maioria dos municípios não recupera grande parte de suas dívidas ativas e que sua proposta permitiria melhorar a arrecadação. Naquela ocasião, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) foi contrário à proposta por entender que ela fere artigo do Código Tributário, podendo até aumentar a possibilidade de corrupção nas prefeituras.

A aprovação só foi possível graças à exclusão da concessão de garantias. O retorno da matéria à CAE foi motivado por requerimento da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), apresentado quando o projeto já estava em Plenário.

Seminário destaca o dinamismo e a importância da economia chinesa

Ao abrir o seminário O Papel da China na Economia Mundial e os Impactos para a Indústria Nacional, na quinta-feira (19), o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, ressaltou o mérito da iniciativa, pela crescente importância da economia chinesa no contexto internacional.

O jornalista Paul Cavey, editor-chefe da revista *The Economist*, fez a palestra de abertura do seminário e

destacou a vitalidade da economia chinesa, ressaltando que, apesar das mudanças ocorridas nas últimas décadas, a melhor definição para o atual estágio da atividade econômica na China é que ela “já não é anticomércio”.

O editor de *The Economist* ressaltou o dinamismo do comércio internacional da China, mas advertiu para a existência de inúmeras difi-

culdades, desde a taxa de câmbio fixa “até o perigoso desequilíbrio entre investimento e consumo”, disse Cavey. Ele reconheceu que os chineses, de fato, estão receptivos aos investimentos de grande corporações, como Nokia, McDonald's e várias outras.

– Há espaço para grandes negócios, eles são a sexta economia do mundo, mas a expectativa é

de que haja uma desaceleração nos altos índices de crescimento do seu produto interno bruto. As complicações recentes envolvendo as importações da soja brasileira para a China são um exemplo desse tipo de dificuldade – acrescentou o jornalista.

O seminário foi uma promoção conjunta da Biblioteca do Senado Federal e da revista *The Economist*.

José Cruz



OPÇÕES Segundo a proposta de Marcos Guerra, se quiser, estudante poderá prestar serviço ao Estado

Marcos Guerra propõe subvenções para oferta de crédito educativo

Tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto do então senador Marcos Guerra (PSDB-ES) que institui novas maneiras de os estudantes de ensino superior pagarem o financiamento de seus estudos. Em vez de gerar dívidas a serem pagas por jovens que não conseguem emprego ou de pagar ao empresariado para contratar jovens, o projeto estabelece a concessão de subvenções econômicas aos empreendedores

que se dispuserem a oferecer essas oportunidades aos universitários.

De acordo com a proposta, os estudantes beneficiados por qualquer dos sistemas de financiamento de ensino superior poderão pagar o saldo devedor mediante emprego em média, pequena ou microempresa, cujas vagas serão criadas por intermédio da isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a dedução, no valor

do Imposto de Renda, de até 10% das despesas geradas com a criação dos novos postos de trabalho. O beneficiado também poderá optar pela prestação de serviço ao Estado, na especialidade do beneficiado, seja como estagiário, durante o período letivo, ou como profissional, após a graduação.

Na justificativa do projeto, que será ainda examinado em decisão terminativa pela Comissão de Edu-

cação, Marcos Guerra observa que o crédito educativo tem enfrentado um obstáculo que hoje é quase intransponível: o aluno formado conseguir ressarcir o financiamento recebido. Esse problema, de acordo com o senador, tem levado milhares de estudantes a desistirem das carreiras, pois, mesmo para os que já trabalham, as mensalidades das instituições privadas estão muito acima do que poderiam dispor.

Papaléo elogia governo por criar programa de nanociência

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) elogiou a criação, pelo governo federal, da Coordenação Geral de Políticas e Programas de Nanotecnologia, dentro da nova estrutura do Ministério da Ciência e Tecnologia, além de um grupo de trabalho que vai subsidiar o Programa de Desenvolvimento da Nanociência e da Nanotecnologia. Ele explicou que a nanotecnologia é um novo salto da tecnologia, com oportunidades científicas e industriais "impensáveis até agora".

O Orçamento de 2004 destina R\$ 8,7 milhões para o programa. A nanotecnologia, explicou Papaléo Paes, é o conjunto de técnicas de manipulação de átomos e moléculas com o objetivo de criar novos materiais. O pioneiro na matéria é o físico americano Richard Feynman. As idéias de Feynman foram postas em prática em 1990, quando pesquisadores escreveram o logotipo da IBM sobre uma superfície de níquel, utilizando como tinta átomos de xenônio.

O senador informou que o combate ao câncer e à Aids está ganhando novos aliados: "Já é possível o transporte intravenoso de medicamentos diretamente às células doentes, preservando-se as células sãs".

Roosevelt Pinheiro



AVANÇO Papaléo destaca que a nova tecnologia ajudará no combate ao câncer e à Aids

Senador sugere repassar à polícia armas recolhidas

■ Para Ney Suassuna, projeto se justifica pela precariedade da maioria dos órgãos policiais brasileiros

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou projeto de lei para permitir que as armas arrecadadas pelo programa de indenização para entrega voluntária de armas pela população possam ser cedidas aos órgãos de segurança pública. A proposta altera o parágrafo único do artigo 32 da Lei 10.826/03, que instituiu o chamado Estatuto do Desarmamento.

De acordo com o projeto, as armas devem estar em boas condições de uso e, após o laudo pericial, serão encaminhadas ao Comando do Exército, ao qual caberá a seleção das armas a serem cedidas aos órgãos de segurança e a decisão de destruí-las ou não.

Suassuna explica que o Estatuto do Desarmamento cria o



ANÁLISE Conforme Suassuna, caberá ao Exército avaliar qualidade dos equipamentos recolhidos

programa de indenização, mas veda que as armas recebidas sejam repassadas às instituições policiais. "Essa proibição parece-nos fora da realidade, se considerarmos a precariedade da maioria dos órgãos policiais brasileiros", afirma o senador.

Para ele, não há motivo para destruir de imediato as armas entregues pela população, já que elas não são armas apreendidas. "Quando em boas condições de funcionamento, podem ser muito úteis aos ór-

gãos de segurança", pondera o parlamentar.

Crimes hediondos

A possibilidade de revisão da Lei dos Crimes Hediondos é o tema do debate que a Rádio Senado apresenta hoje, a partir das 12h, no programa *Conexão Senado*. A Lei dos Crimes Hediondos entrou em vigor há 14 anos, fixando penas mais severas para crimes como homicídio, latrocínio, estupro e seqüestro. A proposta de revisão começa a ser discutida esta semana na Câmara.

Para o deputado Maurício Rands (PT-PE), presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, a possibilidade de mudança no sistema de progressão de regime prisional ou a retirada de alguns crimes da lei não significam que o Estado esteja afrouxando a legislação. Além dele, participam do programa o senador Demostenes Torres (PFL-GO) e o conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Alberto Toron.

Alvaro Dias critica proposta da Abin de colocar escuta e grampo telefônico

A permissão para que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) possa realizar grampos telefônicos, mediante autorização judicial, e colocar escutas em ambientes, como foi proposta pelo novo diretor-geral da Abin, delegado Mauro Marcelo de Lima, foi criticada pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que a incluiu entre as medidas "autoritárias" do governo. Ele disse que essa mudança só será possível por meio de emenda à Constituição.

Outro exemplo desse comportamento, na avaliação do senador, é o projeto já anun-

ciado pelo governo de proibir que órgãos de comunicação divulguem o conteúdo de escutas telefônicas. De acordo com o que foi veiculado pela imprensa, o projeto de lei pune os desobedientes com penas de um a quatro anos de prisão. "O projeto ganhou força no Executivo depois que foram veiculadas conversas telefônicas de autoridades do governo", ressaltou Alvaro Dias.

Ele afirmou que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também atacou a proposta. O seu presidente interino, Cezar Britto, considerou um erro

equiparar no mesmo crime aquele que divulga com aquele que faz a escuta ilegal. Segundo o senador, a posição de Cezar Britto é de que a Lei de Imprensa já resolve o problema.

Alvaro Dias informou que o diretor-geral da Abin encampou proposta do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) sobre o mandato do titular do órgão, que seria apenas uma vez e não precisaria coincidir com o do presidente da República. A justificativa, continuou, é que a Abin executa uma atividade de Estado e não de governo.



VANTAGENS Zambiasi ressalva que indústria do turismo será a maior beneficiada com a medida

Zambiasi defende isenção de vistos na América do Sul

Os turistas que viajam pela América do Sul deveriam ser isentos da exigência de passaportes e vistos de entrada, segundo proposta apresentada pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) durante encontro interparlamentar realizado na Bolívia, com a participação de integrantes da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul – da qual é membro – e do Parlamento Andino.

A medida, segundo o senador, poderia representar um passo importante rumo à integração sul-americana, além de estimular o turismo interno na região. Dessa forma, poderiam ser assegurados benefícios econômicos e sociais à região.

– Vivemos num continente banhado por dois oceanos, com possibilidades comerciais e industriais notáveis. Entretanto, a indústria mais limpa que existe na face da Terra e uma das mais lucrativas, a indústria do turismo, não é suficientemente explorada na América do Sul – afirmou Zambiasi.

O senador disse que encontros como o da Bolívia reforçam a importância da participação ativa dos parlamentos sul-americanos no processo de integração regional.

Genildo Magela



PROTEÇÃO Pavan sugere equiparação com veículos de segurança pública

Proposta de Pavan estimula serviços de vigilância

Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) que equipara as viaturas de empresa legalmente autorizada para prestação de serviço privado de vigilância, em efetiva atividade operacional, aos veículos prestadores de segurança pública (PLS 208/04). A proposta, segundo o senador, visa permitir que essas viaturas usem dispositivo luminoso característico e tenham direito a livre parada e estacionamento.

O projeto tramita na CCJ em caráter terminativo. Ou seja, caberá à comissão a decisão final sobre o assunto no Senado, a não ser que requerimento assinado por pelo menos nove senadores peça sua votação em Plenário.

Pavan argumenta que as empresas de vigilância prestam, de forma suplementar ao aparato estatal de segurança, serviços de proteção ao patrimônio público e particular, assim como à integridade física dos cidadãos. Para o senador, "não faz sentido exigir que veículos utilizados para proteger a segurança de pessoas e bens patrimoniais sejam submetidos às mesmas regras aplicáveis ao restante da frota".

Projeto atualiza tabelas do Imposto de Renda

■ Deduções pessoais serão corrigidas em 1º de janeiro de cada ano, segundo propõe Antero Paes de Barros

Tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo, projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que altera a legislação tributária para estabelecer a atualização anual das tabelas do Imposto de Renda da Pessoa Física. De acordo com a proposta, tanto as tabelas de incidência do IRPF quanto as deduções pessoais seriam atualizadas em 1º de janeiro de cada ano, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).



REFERÊNCIA Antero quer atualização com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor

Em sua justificativa, Antero relata que em 2002 a tabela progressiva do Imposto de Renda, que estava congelada desde 1996, foi atualizada em 17,5%, mas a inflação do período entre 1996 e 2003, medida pelo INPC, ficou em 84,62% e continuou

onerando os assalariados. O senador explicou que, além de reajustar a tabela pela inflação, o projeto de lei prevê uma sistemática de correção anual como forma de evitar que os assalariados sejam tributados a mais pelo Imposto de Renda, em termos reais, sem que tenha havido modificação legal daquela incidência.

Antero lembra na justificativa do projeto (PLS 93/04) que no início de 2003 apresentou projeto de lei com a mesma finalidade, corrigindo a tabela progressiva do Imposto de Renda da Pessoa Física com base na inflação verificada no período compreendido entre 1996 e 2002. "A atual proposta, então, simplesmente incorpora, na referida correção, a inflação observada no ano de 2003."



TRANSPARENCIA Capiberibe defende esclarecimento aos consumidores

Consumidor poderá saber quanto paga de impostos

O senador João Capiberibe (PSB-AP) apresentou projeto de lei que torna obrigatória a apresentação do preço de produtos ou serviços sem o valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e dos demais tributos que incidem sobre o preço final ao consumidor. A proposta inclui um parágrafo único no artigo 31 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 – o Código de Defesa do Consumidor.

O senador explica que a Constituição determina medidas para que os consumidores sejam esclarecidos sobre os impostos que pagam e que incidem sobre mercadorias e serviços. "O Código de Defesa do Consumidor, no entanto, não inclui entre as informações que devem constar na oferta de produtos e serviços a obrigatoriedade de informação sobre o valor dos tributos repassados ao consumidor", diz Capiberibe na justificativa da proposta. Na maior parte dos países desenvolvidos, acrescenta ele, isso é feito há décadas.

O projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aguardando indicação de relator, e deverá ter decisão terminativa: se aprovado, poderá ser encaminhado diretamente à Câmara dos Deputados.

Azeredo teme que governo aumente taxa de juros nos próximos meses

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) alertou para a possibilidade de o governo vir a elevar a taxa de juros nos próximos meses. O senador solicitou a inclusão nos Anais do Senado de reportagem sobre o tema publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. A elevação poderia ocorrer, disse ele, caso os índices de inflação venham a aumentar.

Segundo a matéria, o Banco Central reconheceu, pela primeira vez no ano, que a projeção de inflação para 2005 está acima da meta de 4,5% fixada pelo governo e que o ritmo acelerado de retomada do nível de atividade seria um fator de risco, já detectado, para o controle dos preços.

A publicação da reportagem ocorreu após reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) desta semana que



ADVERTENCIA Azeredo destaca artigo em que ex-presidente alerta para risco no projeto das PPPs

decidiu manter a taxa de juros nos atuais 16% ao ano.

– A ata da última reunião do Copom praticamente descarta uma redução na taxa de juros até o fim do ano. A piora nas estimativas de inflação foi uma das justificativas para a manutenção da taxa nos atuais 16%.

Fernando Henrique
Eduardo Azeredo pediu a

transcrição, nos Anais do Senado, de artigo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, intitulado "De marcha a ré" e publicado, dia 1º, no jornal *Correio Braziliense*. No texto, como registrou o senador, o ex-presidente trata da "volta atrás" no respeito às regras da Federação e da diminuição do zelo republicano com a transparência e o controle.

Fernando Henrique afirma ainda, segundo Azeredo, que o projeto que institui as parcerias público-privadas (PPPs) – espécie de consórcio entre o Executivo e a iniciativa privada para investimentos em infra-estrutura – dá margem a licitações dirigidas e a uma contabilidade paralela, abrindo espaço para que governo, empresários e partidos entrem "em estranhas e perigosas ligações".

Paim quer criar programa de incentivo a novas empresas

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou projeto criando o Programa Nacional de Estímulo à Primeira Empresa, que utilizará recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para oferecer financiamentos a quem queira montar seu primeiro negócio. O objetivo do projeto (PLS 92/04) é possi-

bilitar o surgimento de novas empresas e com isso aumentar a geração de renda e emprego na economia.

– O público-alvo desse programa são os empreendedores com boas idéias, que necessitam de apoio financeiro para implementá-las – explicou o senador na justificativa do

projeto.

Paim afirma que todos conhecem a dificuldade que os novos empreendedores têm para conseguir acesso ao crédito no Brasil. Os bancos privados consideram o negócio de alto risco e as instituições oficiais pedem garantias que as pessoas não conseguem oferecer e, em

geral, restringem as operações às empresas constituídas há mais de um ano. A idéia é que o programa seja uma solução para esse tipo de empresário.

A proposta de Paulo Paim aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cuja decisão será final (terminativa).



CRESCIMENTO Paulo Paim defende aumento no número de empresas para gerar renda e emprego

Geraltto Magela

Geraltto Magela

Roosevelt Pinheiro

Roosevelt Pinheiro

Roosevelt Pinheiro

Participação da Maçonaria na história do Brasil é destacada pelos senadores

O Plenário homenageou na sexta-feira a Maçonaria brasileira, pelo transcurso do dia dedicado aos maçons – 20 de agosto. Foi nessa data, em 1822, que o maçom Gonçalves Ledo pronunciou, durante sessão de duas lojas do Rio de Janeiro e uma de Niterói,

discurso de conclamação à independência do Brasil. Diante de um Plenário lotado por representantes da Maçonaria de todo o país, Mozarildo Cavalcanti elogiou a edição, pelos Correios, de quatro selos comemorativos da data e disse que os maçons estão engajados

na construção de um país mais justo e menos desigual. Também participaram da homenagem os senadores Luiz Otávio, Alvaro Dias, Paulo Octávio e Eduardo Siqueira Campos, que presidiu a sessão e, em nome da Mesa, se associou à comemoração.

Mozarildo



Moreira Mariz

Luta em defesa da liberdade, igualdade e fraternidade

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) conclamou, sexta-feira passada, no Plenário, todos os maçons a buscarem maior aproximação com a sociedade, para divulgarem suas atividades e prestarem contas do papel social da Maçonaria. Ele afirmou que os maçons continuarão exercendo um papel importante na defesa dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade.

– Precisamos rediscutir o papel da Maçonaria e ser mais proativos e mais próximos do cidadão, para reconquistar a importância que tivemos em tantos eventos históricos do passado.

Depois de lembrar o episódio em que o maçom Gonçalves Ledo fez uma conclamação pela independência do Brasil, Mozarildo recordou a participação da Maçonaria no movimento abolicionista, na Proclamação da República, na universalização do direito ao voto e do acesso à educação e na campanha pela anistia e pelo Estado de direito na década de 80.

– As práticas e objetivos da Maçonaria, ao contrário do que procuram ainda hoje difundir certos setores do catolicismo, não contradizem as crenças religiosas. O maçom busca tornar-se cada vez mais cidadão justo e operoso, obediente às leis de seu país e respeitador do próximo, generoso com os necessitados e pronto para ajudar o próximo nas emergências naturais ou humanas.

Luiz Otávio

Entidade discreta e serena, mas sempre atuante

Os maçons tiveram presença decisiva nos momentos mais importantes da história brasileira, como a Independência do país e a Proclamação da República, afirmou o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) ao homenagear o data dedicada aos chamados pedreiros-livres.

Segundo destacou, a ordem maçônica “almeja unir os homens em torno de uma moral universal que traga o bem”. Os maçons, continuou o senador, “amam a pátria e valorizam o trabalho, e a instituição nunca se ligou a um único partido político, apesar de ter sido mais de uma vez veículo de idéias políticas”.

– Se engana quem pensa que Maçonaria perdeu sua força vigilante. É uma instituição atuante, mas serena, discreta e ordeira – disse.

Luiz Otávio salientou que, no Brasil, há 27 grandes lojas maçônicas, e que todas realizam importantes trabalhos filantrópicos. Na sua opinião, a Maçonaria é uma das instituições civis mais importantes da história e muito contribuiu para evolução do Brasil e da humanidade.

O senador destacou a importância de haver maçons ocupando papéis de liderança na sociedade. “Diz o ensinamento maçônico que não se pode fazer uma sociedade mais justa e fraterna sem líderes com essas qualidades”, afirmou. Ele homenageou autoridades da Maçonaria, às quais entregou medalhas.



José Cruz

Alvaro Dias



Roosevelt Fimheio

Postulados da instituição devem nortear governantes

Ao homenagear o transcurso do Dia do Maçom, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que a Maçonaria, além de ser uma instituição filantrópica, progressista e evolucionista representa, acima de tudo, uma filosofia de vida, baseada em princípios éticos, morais, verdade e tolerância, além de sempre ter defendido os direitos e as garantias individuais.

– À luz das virtudes e filosofia maçônicas, os governantes deveriam refletir sobre o desvirtuamento das teses e postulados históricos, dos quais muitas vezes se esquecem ao assumir o poder – afirmou Alvaro Dias, numa referência ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O senador pelo Paraná declarou que a Maçonaria é composta por homens comprometidos a estender amor fraterno e afeição a todos e em qualquer lugar do mundo sem, entretanto, interferir nas crenças das pessoas ou pretender a obtenção de vantagens para seus membros, do ponto de vista profissional ou político.

Alvaro ressaltou alguns postulados proclamados pela Maçonaria e que, de acordo com a instituição, devem nortear a sociedade, governos e governantes, a exemplo da luta pela equidade, dando a cada um o que for justo, de acordo com sua capacidade. Ele também destacou o esforço da Maçonaria em defesa da conquista da paz e do bem social.

Paulo Octávio

Ação em favor do desenvolvimento e da democracia

Há 182 anos, a Assembléia Geral Maçônica no Rio de Janeiro votava por unanimidade a favor da urgente necessidade da independência do Brasil, que seria declarada 18 dias depois por um maçom, que veio a ser o imperador dom Pedro I. Ao contar esse episódio, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) evidenciou a importância da Maçonaria na “construção da nação brasileira”.

– A Maçonaria tem-se mantido por trás de todas as importantes ações em prol da civilização de nosso povo e do desenvolvimento de nossas instituições democráticas.

Segundo ele, foram maçons ilustres personagens da história brasileira, como Tiradentes, Tomás Antônio Gonzaga, Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiuva, Duque de Caxias, Rui Barbosa, e os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

O senador informou que a instituição congrega quase 6 milhões de maçons, pertencentes a 34 mil lojas espalhadas em 160 países, e que no Brasil são cerca de 150 mil, dos quais 7 mil estão em Brasília. Ele registrou que a mais nova loja maçônica aberta na capital federal tem o nome do fundador da cidade, Juscelino Kubitschek.

O senador destacou ainda que também foram maçons os filósofos Voltaire e Goethe, os músicos Beethoven e Mozart, os imperadores Frederico, o Grande, e Napoleão, e os poetas Byron e Lamartine.



J. Freitas

Queimadas: sem controle, o fogo agride a natureza

Durante o período de julho a novembro aumenta a incidência de queimadas por todo o país. Técnica antiga utilizada para a limpeza e preparo do solo para a agricultura, na renovação das pastagens ou na eliminação de pragas, a queimada é extremamente prejudicial para o meio ambiente e é uma das razões para o aumento do número de incêndios florestais.

Fazer queimadas para o uso

agropecuário e desmatamento é uma prática disseminada no país. Apesar de não haver estatísticas oficiais, o Ministério da Agricultura estima que 300 mil queimadas ocorrem por ano. Desse total, 85% acontecem em áreas da Amazônia Legal.

Para ambientalistas e pesquisadores, faltam políticas públicas de incentivo à substituição dessa prática pelo agricultor, que vê no fogo uma alternativa rápida e de baixo

custo na hora de preparar o solo. A Embrapa tem desenvolvido e testado técnicas que substituem o uso do fogo com inúmeras vantagens.

Nesta edição do **Especial Cidadania**, saiba mais sobre as consequências das queimadas no meio ambiente, como prevenir incêndios, o que diz a legislação sobre o uso do fogo, os projetos em tramitação sobre o tema e telefones úteis.



CRIME As queimadas, estimadas pelo Ministério da Agricultura em 300 mil por ano no país, são as grandes responsáveis pelos incêndios florestais

Joel Silva/folha imagem

Prática empobrece o solo, afeta a qualidade do ar e interfere nas chuvas

O uso do fogo como fator de produção e manejo em áreas de atividades agrícolas, pastoris ou florestais, é chamado de queimada controlada. A legislação não a proíbe, mas a prática é desestimulada pelos pesquisadores e técnicos dos Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura. Pesquisas já demonstraram que as queimadas interferem na qualidade do ar, na formação de chuvas, na física, na química e na biologia do solo, tornando-o mais pobre. O fogo e a fumaça afetam ainda os animais e a saúde das pessoas, além de provocar a destruição de redes de eletricidade e cercas e aumentar os riscos de acidentes rodoviários.

Autorização

Independentemente da finalidade, para se fazer uma queimada controlada é necessário obter autorização do Ibama e seguir as determinações técnicas. É preciso verificar diversos fatores, para que a queimada não fuja ao controle. Entre eles, a umidade do ar, a direção dos ventos, a geografia do terreno e o tipo de material orgânico a ser queimado. Além disso, é necessária a preparação dos aceiros nas áreas a serem queimadas. Aceiros são escavações ao longo das cercas e divisas da terra, onde a vegetação é removida, com a finalidade de prevenir a passagem do fogo.

Na Amazônia, para reduzir o desmatamento e as queimadas, o Ministério do Meio Ambiente firmou parceria com o governo alemão que prevê o investimento de 5 milhões de euros (R\$ 17,5 milhões) em projetos de recuperação das áreas verdes e nas práticas sem uso do fogo.

Para saber mais sobre técnicas alternativas ao uso do fogo, procure o Ibama, a Embrapa ou a Emater de sua região. Em caso de dúvidas sobre essa prática, ligue para o Linha Verde – 0800 61-8080. A ligação é gratuita de todo o país.

Incêndios

A maior parte dos incêndios é provocada pela ação do homem. Por isso, a melhor atitude é evitar que eles ocorram. Comportamentos aparentemente inofensivos, como acender uma fogueira, podem se transformar em verdadeira tragédia, como a ocorrida em 2001 no Parque Nacional do Itatiaia. Dois excursionistas acenderam uma fogueira e não a apagaram completamente ao deixar o local, provocando um incêndio que destruiu 2 mil hectares de mata da região. Por essa razão, as brigadas de incêndios fazem as seguintes recomendações:

- Não solte balões ou fogos de artifício
- Não jogue pontas de cigarro nem acenda velas nas estradas ou em áreas com vegetação
- Não queime lixo ou entulho em locais abertos ou em áreas com vegetação
- Quando fizer uma fogueira, certifique-se de apagá-la completamente.

Falta de autorização pode dar cadeia

Quem fizer uso do fogo de forma irregular ou provocar danos à natureza está sujeito à fiscalização do poder público, que poderá autuar os responsáveis, lavrando multas, embargando e interditando a propriedade; e em certos casos poderá até levar o infrator à prisão.

A Lei 9.605/98, chamada de Lei de Crimes Ambientais, e o Decreto 3.179/99, que a regulamentou, prevêem multa de R\$ 1.000 por hectare ou fração para quem fizer uso de fogo em áreas agropastoris sem autorização; prisão e multa para quem fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios; prisão de até cinco anos e multa no valor de R\$ 1.500 por hectare ou fração para quem provocar incêndio em mata ou floresta.

Já a Lei 4.771/65, que institui o Código Florestal brasileiro, determina que a permissão para o uso do fogo é estabelecida em ato do poder público, circunscrevendo as áreas e estabelecendo normas de precaução. O uso do fogo de forma controlada, conhecido como queimada, é dis-

ciplinado pela Portaria 231/88, do Ibama. O cidadão que desejar fazer uso do fogo em sua propriedade estará obrigado a procurar antes o órgão ambiental do seu estado ou a unidade do Ibama mais próxima.

Outra lei importante é a 6.938/81, que definiu a Política Nacional do Meio Ambiente e as penalidades pelo não-cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental. Em caso de incêndio, o Código Penal Brasileiro prevê penas para quem causá-lo, mesmo que acidentalmente.

Projetos em tramitação

As pessoas físicas ou jurídicas que tenham a posse ou a guarda de terras localizadas em Área de Proteção Ambiental (APA) terão que adotar uma série de medidas de segurança contra incêndios. É o que determina o Projeto de Lei 1.922/03, de autoria do deputado José Rajão (PSDB-DF). A proposta estabelece normas e padrões de segurança para prevenir, combater e extinguir incêndios, tanto prediais quanto ambientais.

Do deputado Silas Brasileiro (PMDB-MG) é o PLC 94/00, que prevê o controle de incêndios florestais e queimadas, e a concessão de autorização especial para a queima controlada.

Informações úteis

Corpo de Bombeiros: 193

Monitoramento de Queimadas

Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC)
Tel: 0800-991-210
www.cptec.inpe.br/queimadas/

Ministério do Meio Ambiente

Tel: (61) 317-1000
www.mma.gov.br

Conselho Nacional do Meio Ambiente

Tel: (61) 317-1433
www.mma.gov.br/conama/

Prevfogo

Tel: (61) 316-1285
www.ibama.gov.br/prevfogo/inicio/home.php

Ministério da Agricultura

Tel: (61) 218-2828
www.agricultura.gov.br

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Tel: (61) 348-4113 e 347-1041
www.embrapa.br

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)

Tel: (12) 3945-6000
www.inpe.br

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

Linha Verde: 0800 61-8080 para denúncias contra o meio ambiente – www.ibama.gov.br

Instituto Nacional de Meteorologia (INMET)

Previsão do Tempo: (61) 344-0500
www.inmet.gov.br

Patrulha Ecológica

Tel: (61) 468 8135
www.patruhaecologia.org.br

